

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA
ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

celebrada em 29 junho de 2011

por

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.,
como *Emissora*;

e

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.
como *Agente Fiduciário*.

17

22

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA
ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA
ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**

Pela presente “*Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional, para Distribuição com Esforços Restritos da Atlantic Energias Renováveis S.A.*” (respectivamente, a “**Escritura**”, a “**Emissão**” ou a “**Oferta**” e as “**Debêntures**”),

na qualidade de emissora,

- (i) **ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Alameda Carlos de Carvalho, 555, conjunto 54 e 55, cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (“**CNPJ**”) sob o nº 11.489.312/0001-27, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “**Emissora**” ou a “**Companhia**”); e

na qualidade de agente fiduciário,

- (ii) **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da Emissão e nela interveniente (o “**Agente Fiduciário**”), representando os debenturistas da 1ª emissão pública de Debêntures da Emissora (os “**Debenturistas**”) (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como “**Partes**” e, cada qual, individualmente e indistintamente, como uma “**Parte**”);

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é celebrada de acordo com (i) a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária que autorizou a Emissão e seus termos e condições realizada em 28 de junho de 2011 (a “**AGE da Emissora**”), de acordo com o artigo 59, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a “**Lei das S.A.**”); e (ii) a deliberação do Conselho de Administração que se reuniu em 28 de junho de 2011 e também aprovou Emissão (a “**RCA da Emissora**”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (a “**CVM**”), nos termos dos Artigos 1º, Inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (respectivamente, a “**ICVM 476/09**” e a “**Oferta Restrita**”).

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. As atas da AGE da Emissora e da RCA da Emissora que aprovaram a Emissão, bem como seus respectivos termos e condições, serão devidamente protocoladas para registro perante a Junta Comercial do Estado do Paraná (“**JUCEPAR**”), e, mediante os respectivos arquivamentos serão publicadas pela Emissora Jornal do Estado do Paraná e no Diário Oficial da União, de acordo com as disposições aplicáveis da Lei das S.A..

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (os “**Aditamentos**”) serão registrados na JUCEPAR, nos termos do Artigo 62, Inciso II, da Lei das S.A.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO, NEGOCIAÇÃO E CUSTÓDIA

2.4.1. As Debêntures serão registradas para colocação no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a Distribuição das Debêntures liquidada na CETIP. As Debêntures não serão registradas para negociação no mercado secundário regulamentados, porém, contará com registro para custódia eletrônica e liquidação financeiras dos eventos previstos nesta escritura no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”) administrado e operacionalizado pela CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser subscritas por investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“ICVM 409/04”), e da ICVM 476/09 (os “Investidores Qualificados”) e não serão passíveis de negociação no mercado secundário regulamentados.

CLÁUSULA III **CARACTERÍSTICAS DA 1ª EMISSÃO**

3.1. SÉRIES

3.1.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (o “Valor Total” da Emissão).

3.3. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.3.1. Serão emitidas 19 (dezenove) Debêntures.

3.4. DESTINAÇÃO DE RECURSOS

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta Restrita serão utilizados para o financiamento de projetos relacionados à geração de energia eólica.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura representa a 1ª (primeira) emissão pública com esforços restritos de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.6.1. O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador das Debêntures serão o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, estado de São Paulo, na Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12 (o “Banco Mandatário” e o “Agente Escriturador”).

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. REGIME DE COLOCAÇÃO

4.1.1. A Oferta Restrita será realizada sob regime de garantia firme de subscrição para o Valor Total da Emissão, com a intermediação do **Banco Votorantim S.A.**, instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 59.588.111/0001-03 (o “**Votorantim**” ou “**Coordenador**”).

4.1.2. No âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da ICVM 476/09.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula IV.

4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando a respectiva condição de Investidor

Qualificado e de que estão cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na ICVM 476/09 e nos itens 2.4.1. e 2.4.2. desta Escritura.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador a nenhum Investidor Qualificado interessado em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Caso as Debêntures não sejam subscritas e/ou integralizadas no âmbito da Oferta por Investidores Qualificados, o Coordenador será responsável pela subscrição e integralização das Debêntures, se observadas todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição celebrado entre a Companhia e o Coordenador, observado o prazo para exercício da garantia firme previsto nas cláusulas 4.4. e 5.2. do referido contrato.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de junho de 2011 (a “**Data de Emissão**”).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão (o “**Valor Nominal Unitário**”).

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautela ou certificado. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador das Debêntures. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome dos titulares das Debêntures – que servirá de comprovante de titularidade – com relação às Debêntures custodiadas na CETIP.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures são da espécie quirografária e contarão com garantias e adicionais, conforme listadas abaixo:

- (i) Cessão fiduciária, nos termos da legislação aplicável, de direitos creditórios de aplicação financeira, de titularidade da Pattac Empreendimentos e Participações S.A. (“Pattac”), em montante equivalente a 16,67% (dezesseis inteiros e sessenta e sete centésimos por cento) do Valor Total da Emissão na Data de Emissão;
- (ii) Security and Pledge Agreement de aplicação financeira, de titularidade da Adelanta Corporacion S.A. (“Adelanta”) em montante equivalente a 22,22% (vinte e dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do Valor Total da Emissão em 29 de junho de 2011;
- (iii) Stand by Letter of Credit emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, regida pela Publicação nº 600, da Câmara de Comércio Internacional, em montante equivalente a 22,22% (vinte e dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão observado o disposto na cláusula 4.5.3 abaixo; e
- (iv) Garantia Corporativa regida pelas leis espanholas a ser prestada por Servinoga SL (“Servinoga” e em conjunto com Pattac e Adelanta designadas como “Acionistas” da Emissora) em montante equivalente a 22,22% (vinte e dois inteiros e vinte e dois centésimos por cento) do Valor Total da Emissão na Data de Emissão.

4.5.2. Para a ausência de dúvida, as garantias referidas no item 4.5.1 acima são outorgadas em caráter irrevogável e irretratável pelas Acionistas, vigendo da assinatura da presente Escritura até a integral liquidação do Valor Total da Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, aquelas devidas ao Agente Fiduciário (o “**Valor Garantido**”), nos termos dos instrumentos jurídicos competentes à formalização das garantias, a serem firmados entre a Companhia, o respectivo garantidor, o Agente Fiduciário e a Instituição Depositária da Conta Vinculada, conforme o caso (conjuntamente, os “**Documentos das Garantias**”).

4.5.3. O Banco Votorantim S.A. será o Banco Avisador (“Advising Bank”), da Stand by Letter of Credit, a quem caberá, exclusivamente, transmitir a Instrução

de Pagamento (conforme definida abaixo) à instituição financeira emissora da garantia, por meio de mensagem SWIFT chaveada, no caso de execução da referida garantia. A Instrução de Pagamento deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário, aos cuidados do Banco Votorantim S.A., - área de Back-Office de Câmbio, com as seguintes informações: (a) demanda de pagamento, e (b) indicação dos titulares das Debêntures e respectivas contas para depósito dos recursos obtidos. Em caso de não obtenção dos recursos com os procedimentos acima descritos, não caberá nenhuma responsabilidade adicional ao Banco Votorantim S.A. devendo, a partir de então, ser observado o disposto na cláusula 6.15, abaixo.

4.6. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida no item 4.9 abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização (o “**Preço de Subscrição**”).

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 4 (quatro) anos, contado a partir da Data de Emissão, com vencimento, portanto, em 15 de junho de 2015 (o “**Prazo de Vigência**” e a “**Data de Vencimento**”, respectivamente).

4.8. PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.8.1. O Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização Monetária, será pago em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures ou por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo ou Vencimento Antecipado.

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.9.1 Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário das Debêntures, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o “IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (a “Atualização Monetária” e o “IBGE” e, respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.9.1.1. A Atualização Monetária será paga na Data de Vencimento ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da declaração de Vencimento Antecipado em decorrência de um dos Eventos de Inadimplemento ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo, conforme aplicável.

4.9.1.2. A Atualização Monetária será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dui}} \right]$$

onde,

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures;

após a data de aniversário respectiva, o “NIk” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão, para o primeiro período de capitalização, ou a última data de aniversário das Debêntures, para os demais períodos, e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre o dia 15 de junho de 2011, para o primeiro período de capitalização; ou o número de Dias Úteis contidos entre a última data de aniversário, para os demais períodos, e próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro.

4.9.1.3. Observações:

(a) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE;

(b) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor;

(c) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas;

(d) O fator resultante da expressão $[NI(k) / NI(k-1)]$ é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

(e) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.9.1.4. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido,

quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias úteis consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a AGD (no modo e prazos estipulados na Cláusula VII desta Escritura e no artigo 124 da Lei das S.A.), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária que será aplicada, observado o disposto no item 4.9.1.5 abaixo.

4.9.1.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, com a finalidade de apurar-se a Atualização Monetária com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente.

4.9.1.6. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva AGD, a referida AGD não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator “C” no cálculo da Atualização Monetária.

4.9.2. Juros Remuneratórios: as Debêntures farão jus a juros remuneratórios de 11,40% (onze inteiros e quarenta centésimos por cento), (os “Juros Remuneratórios” e, em conjunto com a Atualização Monetária, a “Remuneração”). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, atualizados conforme o subitem 4.9.1 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista no item 4.9.3 abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Vencimento Antecipado ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado Facultativo,

conforme aplicável), calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis.

4.9.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{Vna \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

Vna = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \text{spread} + 1 + \frac{DP}{252}$$

onde,

$$\text{spread} = 0,1140$$

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.9.3. Para fins de cálculo da remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização”: o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração será feito anualmente, sempre no dia 15 de junho de cada ano até a Data de Vencimento (inclusive) sendo o primeiro pagamento em 15 de junho de 2012.

4.10.1.1. Fará jus à Remuneração o titular das Debêntures: (i) que assim conste nos registros do Agente Esriturador; ou (ii) com custódia na CETIP, ficando ressalvado que em ambos os casos terá direito ao recebimento o titular das Debêntures que ao final do dia útil anterior à data de cada pagamento for titular da Debênture, nos termos deste item 4.10.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora, do respectivo saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, mediante a ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas ou, ainda, aceleração do vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias e/ou dívidas: (a) da Companhia em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais); e/ou (b) de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, em valor superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil de reais), desde que tais inadimplementos previstos nos itens (a) e/ou (b) acima não sejam sanados ou a aceleração não seja curada, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da data em que qualquer das obrigações referidas acima se tornem devidas, nos respectivos termos e condições;
- (ii) (a) decretação de falência da Companhia e/ou de quaisquer de suas respectivas controladoras, quer seja direta ou indiretamente, e/ou

sociedades controladas e/ou coligadas (conjuntamente, as “Afiliadas”); (b) pedido de falência pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas; (c) pedido de falência da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas formulado por terceiro(s) e não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou por quaisquer das respectivas Afiliadas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou de quaisquer das respectivas Afiliadas. Para fins do presente item, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definidos, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada;

- (iii) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures em AGD, entendendo-se por controle as prerrogativas contempladas no Artigo 116 da Lei das S.A.;
- (iv) realização pela Companhia, seja a que título for, de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer participação estatutária em lucros – exceto no que se refere ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia ou exigido pela Lei das S.A. e/ou legislação aplicável – caso a Companhia esteja em situação de inadimplemento com relação a qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária referente às Debêntures;
- (v) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação de natureza pecuniária (quer seja relativa ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração ou outro) ou não pecuniária referente às Debêntures, não sanado em até 1 (um) dia útil, contados da data do respectivo inadimplemento;
- (vi) protesto legítimo de títulos contra a Companhia ou contra qualquer uma de suas Afiliadas com valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), por cujo pagamento a Companhia seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que referido

protesto não seja sanado ou suspenso em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data em que a Companhia tomar ciência da ocorrência de referido protesto;

- (vii) descumprimento de qualquer decisão transitada em julgado de natureza judicial proferida contra a Companhia ou contra qualquer de suas Afiliadas, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), desde que tal descumprimento não tenha sido sanado em até 15 (quinze) dias corridos contados a partir da respectiva data de descumprimento;
- (viii) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos Artigos 220 a 222 da Lei das S.A.;
- (ix) implementação, integração e/ou de outra forma, envolvimento da Companhia em qualquer operação de reestruturação societária, incluindo, sem limitação, qualquer fusão, cisão, incorporação sem o prévio e expresso consentimento por escrito dos titulares da Debêntures em AGD, exceto se realizada com Afiliadas da Companhia;
- (x) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas em qualquer aspecto;
- (xi) ocorrência das hipóteses mencionadas nos Artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”);
- (xii) não utilização dos recursos obtidos com a Emissão para o financiamento de projetos relacionados à geração de energia eólica;
- (xiii) anulação, cassação, encampação, suspensão ou vencimento das licenças, permissões e autorizações necessárias a realização das atividades da Companhia, caso não sanados no prazo de 30 dias;
- (xiv) apuração de falsidade de qualquer declaração, informação ou documento que houver sido, respectivamente, firmado, prestado ou entregue pela Companhia; e

- (xv) ocorrência de qualquer mudança no estado econômico-financeiro da Companhia que, a critério dos Debenturistas, possa prejudicar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nesta Escritura.

4.11.2. A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens (ii); (v), e (viii) do item 4.11.1 acima, resultará no vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, bem como, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial à Emissora.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer outro evento não listado na cláusula 4.11.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, os titulares das Debêntures para a realização de AGD. Tal assembleia poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, de acordo com as disposições da Cláusula VII abaixo, notadamente do item 7.6.3 abaixo

4.11.3.1. Para os fins do item 4.11.3 acima, na hipótese (i) de não instalação da AGD referida no item 4.11.3, em primeira e em segunda convocação, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.11.3 acima (*i.e.*, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures), o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.11.1 acima.

4.11.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, nos termos da presente item 4.11, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia para CETIP.

4.11.4. Para as finalidades dos itens 4.11.1 (i), (ii), (vi) e (vii) acima, fica estabelecido que a Emissora deverá fornecer anualmente ao Agente Fiduciário, nos termos indicados no item 5.1., (i), (a), (3): (i) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas controladoras e afiliadas em 31 de dezembro do exercício anterior; e (ii) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer tais hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas

com relação a suas controladoras e afiliadas. Nesse sentido, fica desde já expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário não realizará qualquer verificação independente a respeito da observância aos itens 4.11.1 (i), (ii), (vi) e (vii) acima no tocante às controladas da Emissora.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da última Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora ao detentor das Debêntures nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento pela Emissora de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula IX desta Escritura.

4.13. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO

4.13.1. A Emissora reserva-se o direito de, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, exercer o direito de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em circulação mediante o pagamento do valor presente do fluxo de pagamento representativo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, desde a Data de Emissão ou do último pagamento, conforme o caso, mediante o deságio desse fluxo, tendo por base a taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado.

4.13.1.1. Para a apuração da taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado, a Emissora convocará uma AGD para, em comum acordo com os Debenturistas, definir tal taxa. Caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado, o resgate não será operacionalizado.

4.13.1.2. Especificamente para a definição da taxa de juros de mercado vigente no momento do resgate antecipado, haverá a necessidade

de deliberação favorável da totalidade dos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação em primeira convocação, ou a totalidade dos Debenturistas presentes na AGD em segunda convocação.

4.13.1.3. Após a definição da taxa de juros de mercado vigente, a Emissora deverá enviar Aviso aos Debenturistas com cópia ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data prevista para realização do resgate antecipado, informando o local, data e os procedimentos de resgate, inclusive, se este será total ou parcial. Além disso, a CETIP deverá ser informada a respeito do resgate com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência.

4.13.1.4 Em caso de oferta de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para fins de deliberar os critérios de sorteio. Neste caso, o Resgate Antecipado Facultativo parcial deverá ser realizada conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP;

4.13.1.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser por ela canceladas.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.15. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

4.15.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o não comparecimento dos Debenturistas para receberem o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora nesse sentido não lhes dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhes assegurado, todavia, o direito ao pagamento dos valores em atraso até a data do respectivo vencimento.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures, caso não estejam custodiadas junto à CETIP, terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário, no mesmo dia do respectivo vencimento.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares das Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Jornal do Estado do Paraná e no Diário Oficial da União,

utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das S.A. e/ou pela CVM.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1 Caso os titulares das Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referidos titulares das Debêntures deverão encaminhar ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fossem imunes ou gozassem de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, os titulares das Debêntures que gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos deste item 4.20.1 deverão permanecer titulares das respectivas Debêntures, não podendo negociar suas respectivas Debêntures até data posterior a cada pagamento.

4.21. RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

4.21.1. Caso a Emissão não seja efetivada – por qualquer motivo – e, observadas as disposições do item 4.1.6 acima, os recursos empregados por qualquer investidor para a subscrição das Debêntures deverão ser devolvidos ao respectivo investidor, por intermédio do Banco Mandatário, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data do encerramento da Emissão, ficando, porém, desde já estabelecido que tais recursos serão devolvidos ao investidor sem incidência de Remuneração, juros ou correção monetária a qualquer título observados os mesmos procedimentos estabelecidos na cláusula 4.13.1.4.

CLÁUSULA V
OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (a) dentro de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; (3) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas Controladoras e Afiliadas em 31 de dezembro do exercício anterior, acompanhada de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nos itens (i), (ii), (vi), (vii) e (ix) da Cláusula 4.11.1, bem como (4) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;
 - (b) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura;
 - (c) avisos aos titulares das Debêntures e ao Agente Fiduciário, fatos relevantes, bem como atas de assembléias gerais e reuniões de Diretoria que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados; e
 - (d) informações sobre qualquer descumprimento de qualquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item (iii) abaixo;
- (ii) cumprir todas as determinações legais aplicáveis e/ou emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM, conforme aplicável, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado

funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;

- (iii) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora, conforme aplicáveis, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;
- (iv) cumprir as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;
- (vi) manter contratados, durante o Prazo de Vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e o Agente Fiduciário;
- (vii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos na Lei das S.A. e os princípios prescritos pela CVM (as “**Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**”);
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (ix) conduzir todas as operações com Afiliadas e/ou partes relacionadas em valores de mercado e bases eqüitativas; e
- (x) aplicar os recursos obtidos na Emissão conforme determinado no item 3.4.1 desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

5.2.1. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;
- (b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, alimentação, estadia e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares da Debênture.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares das Debêntures, que não tenha sido pago na forma do item 5.2 e 5.2.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.3. O ressarcimento das despesas de que trata o item 5.2 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.2.4 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como, a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

5.3. As Debêntures não serão admitidas à negociação em mercados regulamentados. Caso, porventura, a Companhia e os Debenturistas em AGD, resolvam pela admissão à negociação das Debêntures em mercados regulamentados, nos termos do Parágrafo 1º do Artigo 17 da ICVM 476/09, conforme for o caso, a Emissora, sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na legislação/regulamentação em vigor, se obrigará a:

- (i) preparar e disponibilizar ao Agente Fiduciário suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor(es) independente(s) registrado(s) na CVM e que gozem de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados a partir do encerramento de cada exercício social;

- (iv) manter os documentos mencionados no item (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a “**ICVM 358/02**”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. Adicionalmente, nos termos do Artigo 9 da ICVM 476/09, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

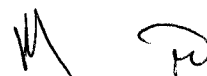
CLÁUSULA VI **AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui Oliveira Trust DTVM S.A., acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por este ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das S.A., das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura;
- (ii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;

- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme Artigo 66, Parágrafo 3º, da Lei das S.A. e do Artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“**ICVM 28/83**”) para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no Artigo 10 da ICVM 28/83;
- (vii) é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do República Federativa do Brasil;
- (viii) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (ix) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (xii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não realizou nenhum procedimento de verificação independente da veracidade das informações apresentadas, com o quê os



Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;

(xiii) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas; e

(xiv) conforme disposto no item 4.11.4 acima, destaca que a verificação do cumprimento das obrigações das controladoras e Afiliadas da Emissora se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora disposta no item 5.1. (i) (a) (3), destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações das das controladoras e Afiliadas da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, à título de implantação, parcela única no valor de R\$ 8.000,00, devida 5 (cinco) dias após a assinatura da escritura. À título de honorários pelos serviços, serão devidas parcelas anuais de R\$ 12.000,00 para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devidas 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;

6.5. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das debêntures após a emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures;

6.6. No caso de celebração de aditamentos a escritura de emissão e aos contratos de garantia da emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações;

6.7. A remuneração aqui prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

6.8. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

6.9. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do itens acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços ao Mercado, publicado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura.

6.10. As parcelas de remuneração devida ao Agente Fiduciário citadas acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração.

6.11. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de nossa função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;

6.12. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser

previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos;

6.13. Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou Alteração nas características de emissão facultarão o Agente Fiduciário à revisão dos honorários propostos.

6.14. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura:

- (i) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício de suas respectivas funções e atribuições, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (ii) evitar conflitos de interesses e, conforme o caso, renunciar à condição de Agente Fiduciário na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais documentos e papéis relacionados ao exercício de suas funções e atribuições;
- (iv) verificar, no momento da aceitação de suas respectivas funções e atribuições, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover perante os órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e eventuais Aditamentos na JUCEPAR, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários aos referidos registros;

- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações e no fornecimento de documentos obrigatórios, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas respectivas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (viii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (ix) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (x) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xi) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do Artigo 68, parágrafo primeiro, Alínea (b), da Lei das S.A., relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supra citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das S.A.:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;

- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortizações e pagamento da Remuneração e outros pagamentos relativos às Debêntures efetuados no período;
 - (f) verificação da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o item (xi) acima aos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contado a partir do encerramento de cada exercício social da Emissora. Cada relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais: (a) na sede da Emissora; (b) na sede do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado; (c) na CVM; (d) na CETIP; e (e) nas dependências do Coordenador, conforme indicado pelo Coordenador;
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xiv) manter atualizadas as informações relativas aos Debenturistas, incluindo seu respectivo endereço, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Agente Escriurador e/ou à CETIP;

- (xv) fiscalizar o cumprimento das disposições constantes desta Escritura e especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvi) notificar os titulares das Debêntures no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local e/ou os meios mediante os quais fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, conforme aplicável; e
- (xvii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

6.15. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário poderá lançar mão de quaisquer procedimentos, quer sejam judiciais ou extrajudiciais, em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas na realização de seus respectivos créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado no prazo legal ou estabelecido nesta Escritura:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o respectivo Valor Nominal Unitário e/ou saldo do Valor Nominal Unitário e acessórios, observadas as condições da presente Escritura;
- (ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável, quando aplicável;
- (iii) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.15.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima se, convocada uma AGD, tal AGD assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação.

6.15.2. Caso a Emissora não efetue o pagamento das Debêntures no seu vencimento, ou na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, e na hipótese de as Garantias não serem pagas quando devidas, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD para definir sobre a contratação de um escritório de advocacia com representatividade internacional para iniciar o processo de execução das garantias fora do país. Nesse caso, os próprios Debenturistas decidirão sobre o que fazer e como, bem como aprovarão os eventuais custos de iniciar uma ação no exterior, ficando eximido o Agente Fiduciário da responsabilidade de executar tais garantias em nome dos Debenturistas.

6.16. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura até a Data de Vencimento, sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.17. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada uma AGD, em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do evento que a determinar, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário – a ser substituído –, pela Emissora, pelos titulares das Debêntures, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear um agente fiduciário substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário que seja superior à remuneração avençada nesta Escritura.

6.17.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá o Agente Fiduciário comunicar imediatamente tal fato à Emissora e ao Debenturista, solicitando sua substituição.

6.17.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu respectivo substituto, em AGD especialmente convocada para tal fim, nos termos desta Escritura.

6.17.3. Caso ocorra efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto perceberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, similar em

todos os respectivos termos e condições, ficando estabelecido que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de suas funções como agente fiduciário da Emissão. A remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada em AGD.

6.17.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 9 da ICVM 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores que versem a esse respeito.

6.17.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura, que deverá ser registrado na JUCEPAR.

6.17.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso, nos termos da Cláusula IX abaixo.

6.17.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à presente Escritura, inclusive, até sua efetiva substituição, a Data de Vencimento, ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura sejam cumpridas.

6.17.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII

AGDs

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre os assuntos pertinentes à Emissão mediante AGD, aplicando-se a cada tal AGD, no que for pertinente, as disposições do Artigo 71 da Lei das S.A.

7.2. A AGD poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou pelos titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) das Debêntures em circulação conforme o item 7.2.1 abaixo, ou, ainda, pela CVM.

7.3 Aplica-se às AGDs, no que couber, o disposto na Lei das S.A. para assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da AGD caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As AGDs serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A convocação para a realização de AGD em segunda convocação deverá ser realizada com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para a respectiva instalação.

7.4.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecer o titular de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.5. A AGD instalar-se-á mediante presença da totalidade dos Debenturistas.

7.6. As Debêntures conferirão a seu respectivo titular o direito a deliberar em AGDs.

7.6.1. Qualquer alteração: (i) no Prazo de Vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento de Amortizações e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; ou (iv) ao item 4.11 acima, deverá ser aprovada por pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, no que diz respeito à definição da taxa/índice de referência substitutivo de que trata o item 4.10.4 desta Escritura, dependerá da aprovação dos Debenturistas.

7.6.3. Adicionalmente, para a ausência de dúvidas, o exercício da prerrogativa contemplada pelo item 4.11.3 acima (*i.e.*, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures), dependerá de deliberação

expressa e por escrito dos titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas AGDs.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer às AGDs para prestar aos titulares das Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA VIII **DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que, na data da assinatura desta Escritura:

- (i) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, incluindo, sem limitação a Lei das S.A.;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) a celebração desta Escritura, a formalização dos documentos das garantias, a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento relevante para os negócios da Emissora dos quais a Emissora seja parte nem importará: (a) no vencimento antecipado de obrigações estabelecidas em quaisquer de tais contratos e/ou instrumentos; (b) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos; ou (c) na criação de qualquer ônus sobre quaisquer ativos ou bens da Emissora e/ou de suas Afiliadas, exceto pelas Garantias indicadas no item 4.5 acima;

- (v) a Emissora, nesta data, detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito, exceto nas hipóteses em que a falta de obtenção ou de manutenção das referidas autorizações e licenças não comprometa a capacidade operacional da Emissora;
- (vi) a Emissora cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos e autoridades públicas e/ou governamentais, autarquias e/ou tribunais, exceto aquelas que estão sendo contestadas, de boa-fé, pelos meios legais e/ou administrativos apropriados, e/ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora;
- (vii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 desta Escritura;
- (viii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (ix) não existem contra ela quaisquer processos, procedimentos, pendências, investigações, condenações, sejam judiciais ou administrativas, de natureza fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, ou de outra qualquer natureza, perante qualquer pessoa, entidade ou órgão, público ou privado, ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local ou similares, bem como perante juízes ou tribunais arbitrais e de justiça;
- (x) não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante. Para os fins desta Escritura, o termo “Mudança Adversa Relevante” significa: (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura e dos demais documentos da Oferta; (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar a constituição, validade e/ou exequibilidade desta Escritura e/ou dos demais documentos da Oferta ou, de qualquer outra forma, afete o cumprimento das obrigações neles assumidas; ou

(iv) qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, resulte em um Evento de Inadimplemento

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

(i) se para a Emissora:

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Alameda Carlos de Carvalho, 555, conjunto 54 e 55

Curitiba – PR

Tel.: (41) 3079-7100

Fax: (41) 3079-1502

At.: Marcelo Leite Marder

Email: marcelo.marder@atlanticenergias.com.br

(ii) se para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

At: Gustavo Dezouart e/ou Maria Carolina Vieira Abrantes

Email: agente@oliveiratrust.com.br; gustavo@oliveiratrust.com.br

(iii) se para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco – SP

Tel.: 11-3864.7911 / 11-3684-2852

Fax: 11- 3684 2714

At: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Email: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(iv) se para o Agente Escriturador:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar

Osasco – SP

Tel.: 11-3864.7911 / 11-3684-2852

Fax: 11- 3684 2714

At: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Email: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br / 4010.tomo@bradesco.com.br

(v) se para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 1º andar,

CEP: 01452-001, São Paulo – SP

Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1563

Av. República do Chile, 230, 11º andar,

CEP 20031-170, Rio de Janeiro –RJ

Tel.: 21- 2276-7474

Fax: 21- 2252-4308/2262-5481

9.2. As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio de indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais

deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a cada uma das demais pessoas indicadas nesta Cláusula IX pela pessoa que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA X

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Ausência de Vínculo: esta Escritura de Emissão não implica a formação de qualquer vínculo de qualquer natureza entre a Emissora e o Debenturista, nem entre uma parte e os empregados e contratados da outra parte, permanecendo cada parte exclusivamente responsável pela remuneração e respectivos encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como pelas reclamações e ações de seus funcionários, empregados e/ou contratados, devendo manter a outra parte a salvo de tais reclamações, ações e demandas, e indenizá-la de todas e quaisquer quantias, inclusive honorários advocatícios e custas judiciais devidas em decorrência de tais reclamações, ações e demandas, inclusive reivindicações relativas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e quaisquer direitos previdenciários.

10.2 Independência das Disposições: se qualquer termo ou outra disposição desta Escritura de Emissão for considerado inválido, ilegal ou inexecutável diante de qualquer norma legal e/ou de ordem pública, todos os demais termos e disposições desta Escritura de Emissão permanecerão, independentemente, em pleno vigor e efeito pelo tempo em que o substrato econômico e jurídico das operações contempladas nesta Escritura não for prejudicado. Quando qualquer termo ou outra disposição for considerado inválido, ilegal ou inexecutável, a Emissora e os Debenturistas negociarão em boa fé a alteração desta Escritura de modo a fazer vigorar sua intenção original da melhor maneira possível, e a fim de que as transações aqui contempladas sejam realizadas e preservadas.

10.3 Renúncia: o não exercício pelo Debenturista, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário de quaisquer de seus direitos, ou a não execução de quaisquer dos termos ou condições desta Escritura não serão considerados renúncia a esses direitos, exceto quanto a direitos especificamente limitados à data de seu exercício, nem impedirão o Debenturista, a Emissora e/ou o Agente Fiduciário de fazer valer ou exercer quaisquer desses direitos.

10.3.1 A eventual tolerância, pelo Debenturista, pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, da inexecução de quaisquer cláusulas ou condições desta Escritura, a qualquer tempo, deverá ser interpretada como mera liberalidade, não implicando, portanto, em novação, transação, perdão, renúncia ou dispensa da obrigação assumida, nem desistência do cumprimento das disposições aqui contidas.

10.4 Irrevogabilidade: a presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

10.5 Acordo Integral: esta Escritura de Emissão e os Documentos das Garantias constituem o único e integral acordo com relação aos negócios aqui contidos e/ou contidos nos Documentos das Garantias. Quaisquer documentos, compromissos e avenças anteriores, orais, escritos ou de outra forma estabelecidos entre a Emissora e o Debenturista, o Coordenador, ou outra pessoa, conforme o caso, e referentes ao objeto desta Escritura serão considerados cancelados e não afetarão ou modificarão quaisquer dos seus termos ou obrigações estabelecidos nesta Escritura.

10.6 Execução Específica e Título Executivo Extrajudicial: para os fins da presente Escritura, a Emissora está ciente e aceita que a presente Escritura de Emissão representa um título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos legais, especialmente aqueles contemplados pela Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), e que as obrigações contidas nesta Escritura estão sujeitas à execução específica, de acordo com os Artigos 461, 632 *et seq.* do Código de Processo Civil.

10.7. Acordo Mútuo, Boa-fé e Equidade: as Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.8. Verificação de Veracidade: o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade com relação às deliberações societárias e/ou atos da administração ou qualquer outro documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora.

CLÁUSULA XI

FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões e/ou conflitos porventura oriundos desta Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as duas testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 29 de junho de 2011.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco.
SEGUem páginas de assinatura.]



ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

Mauro Leite Marder

Nome: **MANUELO LEITE MARDER**

Cargo: **DIRETOR**

Mauro Fontouza Marder

Nome: **MAURO FONTOUZA MARDER**

Cargo: **DIRETOR**

*ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA
DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.*

OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



*ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL, PARA
DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DA ATLANTIC ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.*

TESTEMUNHAS

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

